



ESTRATÉGIA & AÇÃO

DESENVOLVIMENTO REGIONAL: EIS O DESAFIO! Parte III

"O futuro sempre será o reflexo do que construímos hoje" NilsonPimentel

Nilson Pimentel (*)

Publicado no JCAM em 01/fev/2019

No limiar desse novo governo estadual tem deixado inúmeros questionamentos à sociedade, ainda não se conhece a forma macroeconômica da Economia amazonense, haja vista a falta de indicadores decisórios sobre que caminhos o Amazonas poderá trilhar em meio às turbulências de mudanças que advirão como o novo sistema de governança que está sendo implementado pelo governo federal.

As incertezas que cercam a Economia Amazonense, o projeto Zona Franca de Manaus (ZFM) e seu Polo Industrial de Manaus (PIM) tem provocado elevado grau de insegurança nas empresas incentivadas e inibe a atração de novos investimentos produtivos diretos, colocando em risco os empregos gerados na cidade de Manaus.

Contudo, a sociedade não deve ficar ficar calada, discute-se, participe, vamos à ações pois o “Amazonas nas mãos do povo” não pode ser retórica, quando se vê esse governo já começar em crise por não saber que caminhos trilhar, o que fazer, que estratégias prioritárias adotar, sendo assim, não se deve discutir para fazer mais do mesmo, e não se altera o status quo para permanecer como antes.

Os pesquisadores da Ciência da Economia aplicada do Clube de Economia da Amazônia (CEA) acreditam que o Amazonas deve propor as mudanças estruturais que o projeto ZFM/PIM precisa para suplantar as ameaças que poderão se aproximar, como por exemplo, adequar-se estruturalmente para a Indústria 4.0, pois ainda não se conhece os impactos que poderá causar nessa arquitetura estrutural arcaica da ZFM/PIM, tanto de base legal, quanto de governança de gestão e, no estabelecimento de novas normas legais para aplicação dos recursos de P&D gerados por atividades industriais do PIM.

Para aqueles profissionais do CEA, os caminhos de se construir o futuro passam, necessariamente, por processos de Desenvolvimento Econômico Regional Endógeno, dentro da racionalidade econômica, como a implementação da Indústria dos Biofármacos (Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA), com a Indústria Gás-química, com a Indústria Mineral e Fertilizantes e a Indústria Alimentícia do Pescado, da Fruticultura, dos Tubérculos (mandioca) e demais produtos do agronegócio amazonense.

Também, o pessoal do CEA entende que uma Política Pública de atração de Investimentos Produtivos Diretos, direcionada a novos produtos, como sistemas de energia solar, produtos para a Indústria Naval e, propriamente a implementação do projeto do Polo Naval do Amazonas.

Claro que se entende que nada seja fácil, senão outros governadores que passaram no executivo do Amazonas já teriam realizado algo nesses últimos 52 anos, mas nada realizaram!

Quando os pesquisadores do CEA se referem aos processos de Desenvolvimento Econômico Regional Endógeno querem voltar-se à capacidade de identificar e promover fatores de desenvolvimento a partir das próprias potencialidades locais, introduzindo iniciativas protagonizadas por organizações sociais de determinado espaço territorial, pois o que se quer induzir são caminhos nos quais o Amazonas seja seu próprio protagonista, dando ênfase do desenvolvimento endógeno está realizando mobilização de recursos latentes na região, privilegiando o esforço de dentro para fora, no sentido de promover o desenvolvimento auto-sustentado, sem refenato de único projeto de desenvolvimento.

Dessa forma, se pode estabelecer ações locais regionais em que se fundamentam-se em quatro pilares de desenvolvimento, quais sejam:

- a) o capital intelectual e os recursos humanos do território representam elementos que proporcionam a sustentabilidade de todo o processo;
- b) a organização social deve tratar da geração de capital social, do fortalecimento da sociedade e da criação de espaços institucionais com organizações capazes e motivadas para discutir seus projetos de forma efetiva;
- c) a gestão social representa a sociedade gerindo seus próprios recursos de forma participativa, desconcentrada e descentralizada, com responsabilidade compartilhada na formulação, implantação e gerenciamento de projetos construídos coletivamente;
- d) a capacidade de empreender representa a criatividade, a competência coletiva e individual e a capacidade de agir, em função da vocação local regional em atividades que agreguem valor às atividades econômicas, a partir de tecnologias adequadas à realidade, à preservação do meio ambiente e à valorização da cultura regional.

O governo estadual como indutor dessa forma de desenvolvimento regional deve se adequar tecnicamente na busca/geração de conhecimentos de seu próprio espaço territorial, com a elaboração de Perfis Econômicos Municipais, das nove sub-regiões amazonense, assim como, a elaboração do Planejamento Estratégico Econômico do Amazonas dentro de um enfoque da economia globalizada e dos interesses geopolíticos de outros atores globais.

Sendo assim, o Desenvolvimento Econômico Regional Endógeno do Amazonas poderá explicitar total direcionamento de desenvolvimento territorial, disposto como estratégia de transformação de um Estado em franco processo de desenvolvimento, com possibilidades de atingir um novo modelo de desenvolvimento social e econômico, visando a melhor distribuição de renda e equidade social, fortalecendo a preservação do meio ambiente e aproveitando os benefícios dos serviços ambientais que nossa cobertura florestal proporcional globalmente.

() Economista, Engenheiro, Administrador, Mestre em Economia, Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário: nilsonpimentel@uol.com.br.*